

REVOLTA MILITAR NO PORTO

Antecedentes

Ao findar o século XVIII, as relações comerciais com o Brasil representavam já a maioria dos rendimentos da Coroa. Lisboa tornara-se um dos centros comerciais mais concorridos de toda a Europa, os negócios floresciam, registavam-se *superavits* na balança comercial e a estabilidade da moeda consentia avultados investimentos em propriedades, actividades construtoras, na arte e na cultura. O Brasil era, cada vez mais, um sólido e florescente negócio para a Coroa e, contrariamente ao que se verificara no auge do Império da Índia, a prosperidade que lhe estava associada ia tendo reflexos positivos no seio da generalidade da população.

Quando, em consequência das Invasões Francesas (1807), a família real se retira para o Brasil, a colónia adiciona à importância económica a que resulta do novo estatuto de “cabeça” do Império. A breve trecho, a presença da corte portuguesa no Brasil transfere para a colónia sul-americana os principais atributos das verdadeiras metrópoles. Em Portugal, sobretudo após a retirada da terceira invasão, que deixara o país pleno de ruínas morais e materiais, começa a instalar-se a ideia de que o reino se está transformando numa desinteressante colónia brasileira, situação que era agravada pelo domínio militar britânico.

Desde 1814, terminadas na Europa as guerras decorrentes da Revolução Francesa e da expansão napoleónica, parecia que estavam reunidas as condições para o regresso a Lisboa da corte portuguesa. Nesse sentido se expressaram, logo em Maio de 1814, os Governadores do Reino, em carta dirigida a D. João, príncipe-regente, o qual encarregou o secretário de Estado, marquês de Aguiar, de lhes responder que “ele veria com satisfação suma o dia feliz de se achar entre eles [vassalos]” e que continuaria a tomar as providências que se impunham para o sossego e ventura do seu povo.¹ Percebia-se que a ideia do regresso não era encarada como uma prioridade da política da coroa portuguesa.

Entretanto, face ao não retorno imediato da corte, foram-se afirmando diversas correntes político-militares que, por motivos ideológicos ou simplesmente patrióticos, aspiravam a ver-se libertos da tutela britânica. No seio do Exército – cujo comando supremo estava entregue ao general Beresford, o corpo de oficiais via na presença de muitos oficiais britânicos uma barreira à progressão das suas carreiras. Muitos regimentos tinham como comandantes coronéis britânicos e incluíam nos seus quadros diversos oficiais superiores e capitães da mesma nacionalidade. Já em 1815, o Principal Sousa², representante do Clero na Junta de Governadores formada em 1810, escrevia a D. João, sublinhando que já era tempo do príncipe mandar colocar oficiais portugueses à frente do Exército, acrescentando:

Na verdade, Augusto Senhor, ver as Fortalezas, e Reino nas três Armas entregues a hum Extrangeiro, é digno de toda a consideração e pezo; sobretudo, não podendo os oficiais agravados ter recurso algum e o Governo de S.A.R. duvidoso, uzando de meios termos para se não comprometer, em quanto não recebe as Reaes Ordens, não sabendo como deve observar a Carta Regia, por quanto alli os poderes são concedidos durante a guerra, e não a ambos os dous; motivos que tornão de necessidade a Resolução de V.A.R. para o Reino tornar á sua antiga pratica, e legislação, e ficar tudo sujeito a V.A.R. e com independência...³

Percebia-se, por conseguinte, que os Governadores portugueses se encontravam a transigir acerca de poderes que D. João outorgara a Beresford “em tempo de guerra” e que o marechal britânico

¹ SERRÃO, Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VII, p. 110.

² De seu nome José António de Meneses de Sousa Coutinho.

³ SERRÃO, Veríssimo, *Idem*, p. 112.

continuava a exercer depois do regresso da paz, gozando, até, de grande popularidade perante a generalidade da população.

Pela parte do governo de Londres, não só não havia qualquer oposição ao regresso à Europa da corte portuguesa, como era esperado, desde 1814, que esse movimento se concretizasse. A Inglaterra enviara mesmo ao Rio de Janeiro o almirante Beresford, irmão do marechal comandante do Exército Português, com a missão de acompanhar a família real até Lisboa, obtendo do príncipe D. João uma negativa, por não poder “desamparar” o Brasil. O ministro britânico, lorde Strangford, que insistia na mesma ideia, seria mesmo despedido do seu posto, o que dava a real dimensão do desagrado com que era visto o regresso a Portugal. A viagem do marechal Beresford ao Brasil, em 1815, constituiu uma nova insistência britânica para o regresso da corte, medida que permitiria ao governo de Londres livrar-se das responsabilidades decorrentes dos termos da aliança.

É possível que a insistência do governo de Londres também tivesse algo a ver com a obtenção de maior margem de manobra para os seus negócios no Brasil, e que lhe interessasse mesmo ver a colónia tornar-se independente. Uma corrente diplomática de inspiração francesa procurava influenciar D. João, aconselhando a permanência da corte no Brasil. Deve considerar-se que tal corrente foi bem-sucedida, pois foi depois dessas diligências que, por carta de lei de 16 de Dezembro de 1815, foi anunciado que o Brasil passava à categoria de ‘Reino’ e unido a Portugal e ao Algarve, formando um só corpo político.

Todavia, enquanto a prosperidade se acentuava como imagem do novo reino sul-americano, em 1817, uma anormal ausência de pluviosidade nos meses de Fevereiro e Março provocaria uma diminuição sensível na produção agrícola e um dramático aumento nas já significativas manchas de pobreza no Portugal europeu.

Voltando ao plano militar, também deve ser referido que uma parte do descontentamento da oficialidade portuguesa se devia às reformas introduzidas no Exército por Beresford, reformas essas que impunham uma atitude de disciplina e profissionalismo que chocava com os pergaminhos da oficialidade portuguesa. A imposição dessas reformas tomava, frequentemente, formas arrogantes de comando, que ofendiam a honra dos oficiais portugueses, pelo que o sentimento antibritânico cresceu nas fileiras, paralelamente ao impulso patriótico de recuperar a total independência, forçando a vinda da corte para Lisboa.

Do descontentamento ao impulso de revolta foi um pequeno passo. Em 1817, um grupo de oficiais, liderados pelo general Gomes Freire de Andrade, envolve-se numa conspiração para forçar o afastamento de Beresford. Denunciados, os conspiradores são presos e impiedosamente condenados. O próprio Freire de Andrade viria a ser condenado à morte e enforcado em S. Julião da Barra.

A desilusão foi grande, mas potenciou a convergência da revolta castrense com a conspiração liberal já existente no meio civil. Daí em diante, o movimento de oposição à ocupação britânica vai progredir através da convergência da revolta corporativa com a revolução liberal inspirada pelos ideais da Revolução Francesa. Alguns oficiais foram mesmo actores das duas correntes, aderindo com verdadeiro entusiasmo ao ideário liberal. Outros não abandonaram os seus propósitos corporativos, pelo que, sem surpresa, viriam mais tarde, durante as lutas liberais, a reposicionar-se politicamente na facção apoiante do *Antigo Regime*.

Em 1818, é criada na cidade do Porto uma estrutura secreta que tomou a designação de ‘Sinédrio’, onde pontificavam as figuras dos juristas Manuel Fernandes Tomás, José da Silva Carvalho e Ferreira Borges, e a de destacados membros da mais próspera burguesia. Já em 1820, aderem ao Sinédrio alguns oficiais superiores pertencentes a unidades da guarnição da cidade, da qual faziam parte os Regimentos de Infantaria 6 (RI 6) e 18 (RI 18) e o Regimento de Artilharia 4 (RA 4). O RI 6 era comandado por um oficial escocês, o coronel Maxwell Grant, o qual até era muito querido dos seus subordinados. Tinha como 2.º comandante o tenente-coronel Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento. O RI 18 encontrava-se sob o comando do coronel Bernardo de Castro Correia de Sepúlveda, que havia aderido ao Sinédrio, e o RA 4, por sua vez, estava sob o comando do coronel Sebastião Drago de Brito Cabreira.

Em Abril de 1820, inquieto com a situação que pressentia estar a agravar-se, Beresford resolveu deslocar-se ao Brasil com o fim de expor a situação a D. João VI. O soberano entendeu que a situação se resolveria aumentando os poderes do marechal britânico. Assim, por carta patente de 29 de Julho de 1820, Beresford é nomeado marechal-general do Exército Português – honra de que, anteriormente, só o conde de Lippe e o duque de Lafões haviam fruído –, com poderes de verdadeiro procônsul. Cumprida a sua missão, inicia a viagem de regresso a Portugal, onde chegaria já depois da revolta de 24 de Agosto. Em 2 de Junho de 1820, com Beresford ainda no mar, os Governadores expedem para o Rio de Janeiro uma carta que constituiria, porventura, a derradeira súplica para o regresso do rei:

Sendo sempre funestas as consequências de tamanha calamidade pública, é impossível calcular até onde elas agora se poderão estender, reflectindo que a nação portuguesa, posto que seja a mais leal de todo o mundo, está contudo por extremo descontente com a ausência prolongada do seu amado soberano...⁴

Por fim, deve acrescentar-se que, estando a corte ausente de Lisboa, a própria Nobreza se sentia diminuída na sua importância social. Ao ponto de, perante as sucessivas recusas de D. João VI em voltar a Lisboa, se ter recriado uma conspiração de fidalgos, ao estilo de 1640. Um desses conspiradores – o marquês de Fronteira – haveria de, anos mais tarde, deixar desse tempo o seguinte registo:

...o desgosto que os portugueses tinham, pelo abandono em que a Corte do Brasil nos deixou, levou muitas pessoas a pensarem seriamente em substituírem a Casa de Bragança pela Casa do Cadaval. [...] As ideias de revolução eram gerais. Rapazes e velhos, frades e seculares, todos a desejavam. Uns, que conheciam as vantagens do governo representativo, queriam este governo, e todos queriam a corte em Lisboa, porque odiavam a ideia de ser colónia de uma colónia.⁵

24 de Agosto de 1820

Ainda a nave de Beresford sulcava o Atlântico, rumo a Lisboa, quando se concretiza, no Porto, em 24 de Agosto, a revolta de inspiração liberal, contando com a participação das três principais unidades militares da guarnição da cidade. No quartel de Infantaria 18⁶, o coronel Sepúlveda, perante a formatura da sua unidade, faz-lhes a seguinte proclamação:

Soldados, o momento é este: voemos à nossa salvação própria. Camaradas, vinde comigo. Vamos com os nossos irmãos de armas organizar um governo provisional que chame as Cortes a fazerem uma Constituição, cuja falta é a origem dos nossos males.

Sigamos, a partir daqui, a descrição de Luz Soriano:

Raiando finalmente o memorável dia 24, o coronel Cabreira reuniu a artilharia no Campo de Santo Ovídio, a que se seguiu mandar dizer uma missa pelo capelão do seu regimento, tendo-se para este fim levantado um altar no referido campo. A esta missa assistiu ele, Cabreira, com os seus oficiais e soldados, os quais deram depois uma salva de vinte e um tiros, por meio da qual se anunciou aos habitantes da cidade do Porto o começo de uma empresa revolucionária, em que os seus promotores já desde alguns anos trabalhavam. À mesma hora do referido dia, o coronel Sepúlveda e o tenente-coronel Gil fizeram tomar armas aos seus respectivos regimentos, o 18 e o 6 de Infantaria, e à frente deles se dispuseram a ir-se juntar ao coronel Cabreira, quando os soldados do 6 se recusaram a sair do quartel, não levando consigo o seu coronel, Maxwell Grant, que deles era particularmente benquisto. Felizmente o tenente-coronel Gil evitou uma grande

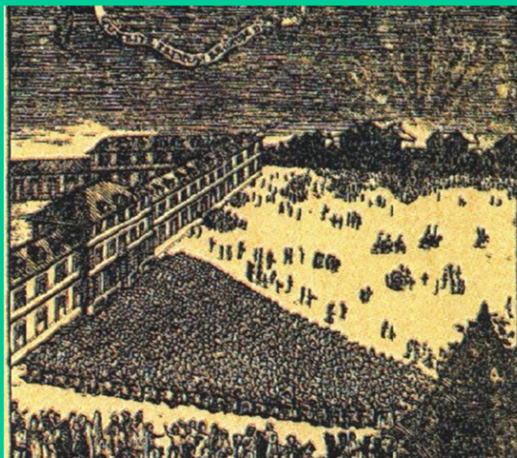
⁴ SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil* – 3.^a E. – T. I – p. 327.

⁵ FRONTEIRA, Marquês de, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto Ditadas por Ele Próprio em 1861*, pp. 190-195.

⁶ Trata-se do Quartel de Santo Ovídio, actualmente sede do Comando do Pessoal do Exército, na Praça da República, no Porto.

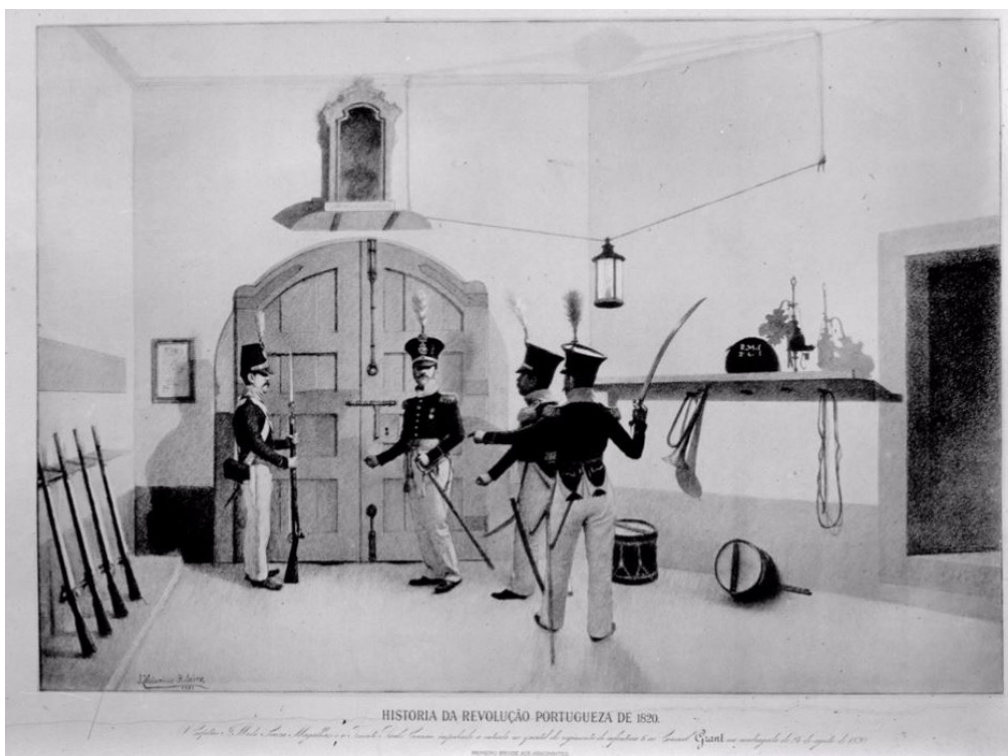
catástrofe, conseguindo sair com o regimento, depois de muitas rogativas, que para isto fez aos seus soldados.

24 de Agosto de 1820 Campo de Santo Ovídio



Pedro Vitorino, Iconografia Histórica Portuguesa

Reunida pois toda a força no citado Campo de Santo Ovídio, formou-se um conselho militar, composto dos comandantes dos corpos, aos quais se leram duas proclamações, assinadas pelos membros do referido conselho. Feito isto, a tropa marchou para a Praça Nova (hoje Praça de D. Pedro⁷), levando os corpos à sua frente os seus respectivos chefes, os quais, entrando na casa da Câmara, mandaram chamar para ela todos os indivíduos que deviam compor a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, sendo esta a denominação que se deu ao corpo que devia dirigir a revolução.⁸



Reprodução de uma gravura de J. Vitorino Ribeiro (1887), com a legenda: "História da Revolução Portuguesa de 1820. O capitão S. Machado Sousa Magalhães e o tenente Paulo Correia impedindo a entrada no quartel do regimento de infantaria 6, ao coronel Grant, na madrugada de 24 de Agosto de 1820".

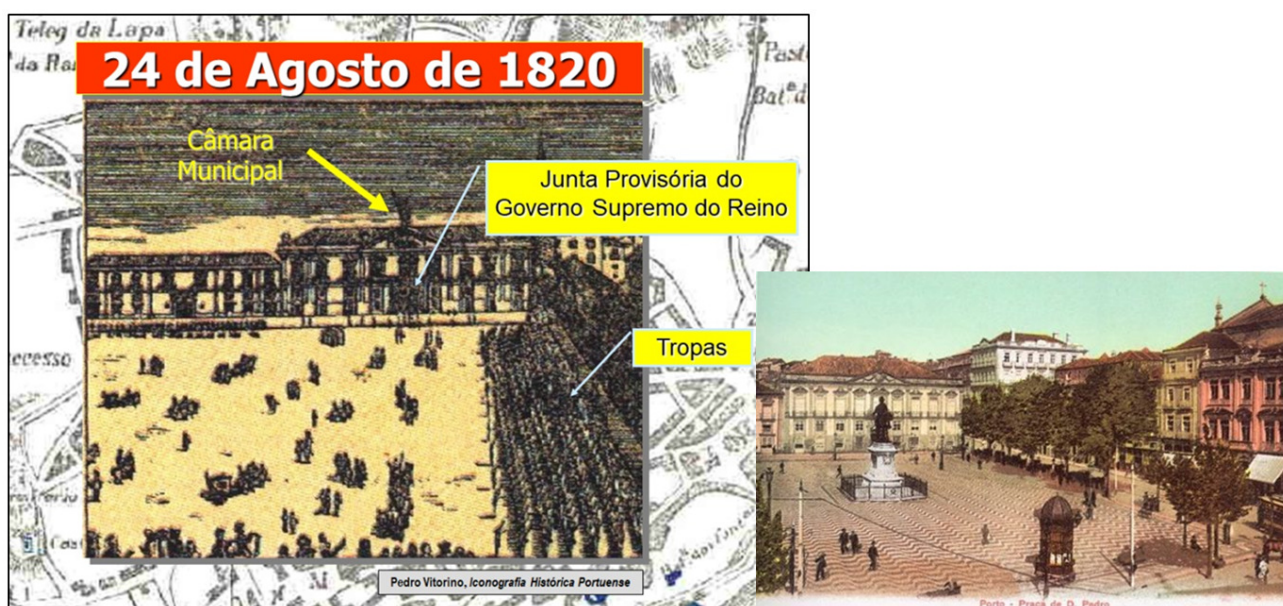
⁷ Era esta a designação da praça quando Luz Soriano escreveu a sua obra. A denominação actual é Praça da Liberdade).

⁸ SORIANO, Luz, *Idem* – 3.^a E. – T. I – p. 439.

Ainda nesse dia 24 de Agosto, o Conselho Militar – constituído pelos oficiais comandantes das unidades do Exército e, ainda, pelo coronel José Leite de Berredo, comandante do Real Corpo da Polícia, e comandantes das milícias de Porto e Maia – divulgaria uma segunda proclamação, na qual se fazia uma exortação que era, simultaneamente, uma justificação para a intervenção dos militares na política:

Soldados! Huma só vontade nos una. Caminhemos á salvação da Patria. Não há males que Portugal não soffra. Não ha sofrimento que nos Portugueses não esteja apurado. Os Portugueses, sem segurança em suas pessoas e bens, pedem o nosso auxílio: elles querem a Liberdade regrada pela Lei. Vós mesmos, victimas dos males comuns, tendes perdido a consideração que vosso brio e vossas virtudes merecião. He necessario huma reforma; mas esta reforma deve guiar-se pela razão e pela justiça, não pela licença. Coadjuvai a Ordem; cohibi os Tumultos; abafai a Anarquia. Criemos um Governo Provisório em quem confiemos. Elle chama as Cortes, que sejam o orgão da Nação, e ellas preparem huma Constituição, que assegure nossos direitos. O nosso REI e SENHOR D. JOÃO VI como bom, como benigno e como amante de hum povo, que o idolatra, ha de abençoar nossas fadigas. Viva o nosso Rei! Vivão as Cortes, e por ellas a CONSTITUIÇÃO.⁹

Em poucas linhas, os revoltosos traçavam com meridiana clareza os objectivos políticos da revolta, sublinhavam a importância fundamental da elaboração de uma Constituição, não deixavam de apelar para a indispensável manutenção da Ordem e não punham em causa a figura do rei.



Na Câmara Municipal, após conversações com representantes das forças vivas da cidade, a constituição da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino foi aprovada, ficando na presidência o brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca e na vice-presidência o coronel Cabreira. Os vogais da Junta representavam diversos sectores e actividades: Luís Brederode (clero), Ferreira de Melo e Francisco Madureira (nobreza), Fernandes Tomás (magistratura), Francisco de S. Luís (universidade) e Barros Lima (comércio). Ferreira Borges, Silva Carvalho e Gomes da Silva eram secretários, sem direito a voto.

Neste conjunto tão diversificado, não tardou a sentir-se uma divisão entre os militares (detentores da legitimidade revolucionária decorrente do risco assumido) e os civis que desejavam submeter a revolução ao poder político. No cômputo final das lutas liberais, é possível discernir a importância das duas tendências, com a natural “vitória final” do poder civil, como seria de esperar na institucionalização de um Estado de Direito.

⁹ SERRÃO, Veríssimo, *Idem*, p. 351.

A revolução não tardou a alastrar por todo o Norte, entre a tropa e muitos fidalgos do reino. Em Lisboa, a Regência ainda tentou reagir pela força, mas disso foi dissuadida pelo conde de Palmela, o qual, sendo o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo do Rio de Janeiro, se achava ocasionalmente em Lisboa. A 15 de Setembro, ainda antes da chegada das tropas nortenhas, o Regimento de Infantaria 16, aquartelado na capital, pronuncia-se a favor da Constituição, logo secundado pelos RI 1, RI 4, RI 10, RC 1, RC 4 e RA 1. Em 16 de Setembro, é constituído um Governo Interino, o qual, aceitando os ideais do pronunciamento do Porto, logo lançava um apelo à concórdia nacional. Ao encontro das tropas nortenhas que marchavam para Lisboa, o Governo enviou o capitão Bernardo de Sá Nogueira, futuro marquês de Sá da Bandeira, portador da adesão da capital ao movimento de 24 de Agosto. Tal permitiu, em 1 de Outubro, a entrada triunfal, em Lisboa, dos membros da Junta do Norte.

Beresford chegou a Lisboa em 10 de Outubro. A Junta, no entanto, não consentiu que desembarcasse, pelo que, em 18 do mesmo mês, seguiu para Inglaterra. Apesar de apenas se darem os primeiros passos de uma convulsão que se prolongaria por cerca de trinta anos, começavam a cumprir-se alguns dos objectivos dos revoltosos. Primeiro, a progressiva retirada dos oficiais britânicos das posições de comando que ocupavam. Logo depois, perceberam que a revolta tivera eco no próprio Brasil. Em Fevereiro de 1821, D. João VI decide enviar para Portugal o príncipe-herdeiro D. Pedro, numa tentativa de estabelecer uma ponte com a Metrópole. Dias depois, no entanto, tropas e povo pressionam o monarca no sentido de dotar o reino de uma Constituição, levando-o mesmo a jurar uma Constituição que ainda não fora aprovada. Depois, revendo a decisão inicial, decide, em 28 de Fevereiro, que é ele próprio que irá viajar para Lisboa, deixando D. Pedro no Brasil. Ao arribar ao Tejo, em 3 de Julho de 1821, D. João VI e a sua corte entregavam à revolta de 24 de Agosto de 1820, a formalidade que faltava para que a mesma parecesse haver triunfado. Faltava, porém, percorrer um acidentado e doloroso percurso, durante o qual se travaria a mais longa e sangrenta guerra civil da História de Portugal.

David Martelo – Junho de 2020